

Cardeal Tempesta

“Lembra-te de que és pó e ao pó voltarás!”

PÁGINA 5

PIB

Economia cresce 2,2% em 2025, aponta FGV

A economia brasileira cresceu 2,2% em 2025, na comparação com 2024, estimou a pesquisa Monitor do PIB, divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A pesquisa reúne dados da indústria, comércio, serviços e agropecuária e é considerada uma prévia do produto interno bruto (PIB), indicador do conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país. O resultado de 2025 representa o quinto ano seguido de alta, mesmo com perda de ritmo nos últimos meses. Em 2024, o avanço tinha sido de 3,4%. Em dezembro, o PIB teve variação nula (0%) na comparação com novembro, e, no quarto trimestre, também ficou estável em relação ao terceiro. **PÁGINA 2**

CRIME DE COAÇÃO

STF formaliza ação que torna Eduardo réu na Corte

O Supremo Tribunal Federal (STF) formalizou a abertura de uma ação penal contra o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que, em novembro do ano passado, virou réu pelo crime de coação no curso do processo. O processo foi aberto na quinta-feira passada e terá o ministro Alexandre de Moraes como relator. Com abertura da ação penal, o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro poderá indicar testemunhas, apresentar provas de inocência e pedir diligências específicas que sejam interessantes para sua defesa. pós o fim da instrução do processo, o julgamento do caso será marcado, e a Primeira Turma do STF vai decidir se o ex-parlamentar será condenado ou absolvido. **PÁGINA 7**

VITÓRIA DO MUNDO

Suprema Corte dos EUA derruba tarifaço de Trump

A Suprema Corte dos Estados Unidos derrubou nesta sexta-feira as tarifas sobre produtos importados impostas globalmente pelo presidente Donald Trump. Por seis votos a três, o tribunal manteve a decisão de um tribunal inferior que definiu excesso de autoridade de Trump. A Corte decidiu que a interpretação do governo Trump de que a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA, na sigla em inglês) concede ao presidente poder para impor as tarifas interferiria nos poderes do Congresso e violaria um princípio jurídico chamado doutrina das

questões importantes. A doutrina exige que ações do Poder Executivo de “vasta importância econômica e política” sejam claramente autorizadas pelo Congresso. Anteriormente, o tribunal usou o mesmo argumento para barrar ações executivas- chaves aplicadas pelo ex-presidente dos Estados Unidos Joe Biden. Em voto, o presidente da Suprema Corte, John Roberts, citando a decisão anterior, destacou que Trump deve “apontar uma autorização clara do Congresso para justificar sua afirmação extraordinária do poder de impor tarifas”. **PÁGINA 8**

Brasil não perde competitividade com nova tarifa

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



O Brasil não perderá competitividade com a nova tarifa global de 10% anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse nesta sexta-feira o presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (**foto**). Como a taxa será aplicada a todos os países exportadores, o Brasil, ressaltou Alckmin, permanece em igualdade de condições no mercado norte-americano. A declaração foi feita após decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos que considerou ilegais as tarifas impostas anteriormente pelo presidente Donald Trump com base em poderes de emergência. Por seis votos a três, a Corte entendeu que a criação de tarifas é prerrogativa do Congresso, e não do Executivo. O julgamento anulou parte relevante do chamado tarifaço, por meio do qual o governo de Trump havia imposto alíquota global de 10% e uma sobretaxa adicional de 40% sobre produtos brasileiros, totalizando 50% em alguns casos. Para Alckmin, a decisão é “muito importante” para o Brasil e abre espaço para ampliar as trocas comerciais. “Abriu-se uma avenida para um comércio mais pujante”, declarou. Ele ressaltou que, no auge das medidas, 37% das exportações brasileiras estavam sendo oneradas, percentual que caiu para 22% no fim do ano passado, após negociações diplomáticas. **PÁGINA 3**

FARSA DO DOENTINHO

TON MOLINA/STF



PGR é contra prisão domiciliar e Bolsonaro seguirá na Papudinha

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, se manifestou contra o pedido de prisão domiciliar feito pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (**foto**). No documento enviado ao Supremo Tribunal Federal, Gonet considerou que a jurisprudência da Corte reserva a prisão domiciliar apenas para os casos em que o tratamento médico necessário não pode ser ofertado na prisão - o que, na sua avaliação, não é o caso de Bolsonaro. "Visto que a realidade fática não sofreu alteração substancial, e considerando que o batalhão dispõe de assistência médica 24 horas e unidade avançada do SAMU, permanece incólume o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, o qual reserva a prisão domiciliar apenas aos casos em que o tratamento médico indispensável não possa ser ofertado na unidade de custódia", afirmou o PGR. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA 1,05% / 190.517,89 / 1.983,47 / Volume: 71.905.648.247 / Negócios: 4.184.619										Bolsas no mundo				Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	0,41% (jan.)	EURO turismo						
Mais Negociados				Maiores Altas				Maiores Baixas				Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA-15	0,20% (jan.)	Compra: 6,2769	Venda: 6,4569				
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.													
GOLL54	11,30	+0,62	+0,07	OIBR4	1,58	+30,58	+0,37	FICT3	0,42	-30,00	-0,18	Dow Jones	49.625,97	+0,47	S&P 500	6.909,51	+0,69	CDI	(28/01)	15%	14,90%	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,2006	-0,48%
RAIZ4	0,600	-3,23	-0,020	VSTE3	3,99	+11,14	+0,40	SOND6	55,05	-19,04	-12,95	NASDAQ Composite	22.886,068	+0,90	TR	(21/02)	0,1719%	OURO	BM&F/grama/RJ	R\$ 875,47		DÓLAR comercial	Compra: 5,2287	Venda: 5,2293
PETR4	37,97	+0,42	+0,16	ONCO3	2,840	+9,23	+0,240	INEP3	1,19	-9,85	-0,13	Nasdaq 100	25.012,618	+0,87	Poupança	(21/02)	0,6728%	EURO Comercial	Compra: 6,0970	Venda: 6,2044		DÓLAR turismo	Compra: 5,3771	Venda: 5,4293
VALE3	86,81	+3,23	+2,72	ESTR4	4,80	+9,09	+0,40	RCSL4	6,15	-9,16	-0,62	Euronext 100	1.834,1	+1,12										
BBAS3	26,99	+2,00	+0,53	RNEW3	1,27	+8,55	+0,10	BSLI3	5,00	-7,92	-0,43	CAC 40	8.515,49	+1,39										

MERCADOS

Bovespa volta a renovar recorde, aos 190 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ganhou impulso ao longo da tarde, acompanhando o noticiário em torno da derrubada das tarifas americanas pela Suprema Corte, e pela primeira vez fechou na casa dos 190 mil pontos, nível que já havia sido tocado durante a sessão de 11 de fevereiro. Na máxima desta sexta-feira, foi também aos 190 726,78 pontos, pouco acima dos 190,5 mil pontos vistos nove dias antes. No fechamento, foi o 12º recorde de 2026, considerando a série com início em 14 de janeiro.

Ao fim, marcava nesta sexta-feira 190.534,42 pontos, em alta de 1,06%, com giro a R\$ 36,2 bilhões em dia de vencimento de opções sobre ações. Na semana, subiu 2,18%, no que foi o sétimo avanço semanal consecutivo para o Índice Bovespa (Ibovespa). Assim, à exceção da semana de emenda entre 2025 e 2026, colheu apenas ganhos neste começo de ano, em que avança 18,25% no agregado. No mês, sobe 5,06%.

Na B3, o setor financeiro, o de maior peso no Ibovespa, deu apoio em bloco ao índice nesta sexta-feira, com Bradesco (ON +2,07%, PN +2,02%), Santander (Unit +3,12%), Banco do Brasil (ON +2,00%) e Itaú (PN +1,40%). Principal ação do Ibovespa, Vale ON subiu 3,23%, na máxima do dia no fechamento, a R\$ 86,81, enquanto Petrobras teve fechamento misto, na ON (-0,61%) e na PN (+0,42%, no pico do dia no encerramento).

Na ponta ganhadora do Ibovespa, além de Vale e Santander, apareceram Vamos (+4,01%), MRV (+3,09%) e Az-

zas (+2,83%). No lado oposto, Raízen (-3,23%), Hapvida (-2,69%), Vivara (-1,88%) e C&A (-1,58%).

Trazendo consigo o Ibovespa, as bolsas de Nova York ganharam fôlego no meio da tarde, em meio a falas do presidente dos EUA, Donald Trump, de que assinaria um decreto impondo uma tarifa global de 10% com base na Seção 122 da Lei de Comércio, horas após a Suprema Corte derrubar as tarifas adotadas no âmbito da Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA).

Ponderando os dados econômicos e as notícias do dia, em Nova York, no fechamento, Dow Jones +0,47%, S&P 500 +0,69% e Nasdaq +0,9%.

DÓLAR

O dólar acentuou bastante o ritmo de queda no mercado local ao longo da tarde, acompanhando a desvalorização global da moeda americana, e voltou a fechar no menor nível desde maio de 2024. O gatilho foi a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos pela ilegalidade das chamadas tarifas recíprocas anunciadas por Donald Trump em 2 de abril do ano passado, o chamado "Liberation Day".

Com mínima de R\$ 5,1736, o dólar à vista terminou a sessão em baixa de 0,98%, a R\$ 5,1759 - pela primeira vez abaixo de R\$ 5,20 após quatro pregões e novamente no menor valor de fechamento desde 28 de maio de 2024 (5,1540). A moeda americana encerra a semana, mais curta pelo Carnaval, com perdas de 1,03%, o que leva a desvalorização em fevereiro a 1,37%. No ano, o recuo é de 5,7%.

BANCO

Recuperação: auditoria independente da Fictor Alimentos renuncia

MARIANA RIBAS/AE

A auditoria independente da Fictor Alimentos renunciou na quarta-feira passada. Conforme fato relevante, a empresa UHY Bendoraytes & Cia teria renunciado diante do pedido de recuperação judicial da sua controladora, a Fictor Holding.

No documento, a justificativa da auditoria é motivada por "circunstâncias supervenientes" que, na visão dos auditores, impactam diretamente as condições para a continuidade do trabalho, citando expressamente a recuperação judicial em curso da controladora. Com isso, fica rescindida a prestação dos serviços de auditoria independente para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

O Grupo Fictor ganhou os holofotes em novembro do ano passado ao aparecer em uma operação de compra do Banco Master um dia antes de o banco ser liquidado pelo Banco Central.

No início do mês, duas empresas do grupo, a Fictor In-

vest e Fictor Holding, entraram com o pedido de recuperação judicial na Justiça de São Paulo, com dívidas de cerca de R\$ 4 bilhões.

O processo tramita na 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível de São Paulo. No início do mês, o juiz Adler Batista Oliveira Nobre concedeu antecipação dos efeitos da recuperação judicial para as duas empresas que entraram com o pedido. Diante disso, o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) antecipou que credores têm exigido na Justiça que todo o grupo seja incluído na recuperação judicial, o que incluiria a Fictor Alimentos.

Em fato relevante, a Fictor Alimentos informa que está "envidando melhores esforços para seguir com a substituição dos auditores independentes da Companhia e manterá seus acionistas e o mercado em geral informado, inclusive com relação a eventual impacto sobre a emissão das demonstrações financeiras da Companhia do exercício de 2025".

PIB

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A economia brasileira cresceu 2,2% em 2025, na comparação com 2024, estimou a pesquisa Monitor do PIB, divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A pesquisa reúne dados da indústria, comércio, serviços e agropecuária e é considerada uma prévia do produto interno bruto (PIB), indicador do conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país.

O resultado de 2025 representa o quinto ano seguido de alta, mesmo com perda de ritmo nos últimos meses. Em 2024, o avanço tinha sido de 3,4%.

Em dezembro, o PIB teve variação nula (0%) na comparação com novembro, e, no quarto trimestre, também ficou estável em relação ao terceiro.

SETORES

Ao detalhar o comportamento setorial da economia, o Monitor do PIB estima que o consumo das famílias cresceu 1,5% em 2025.

A chamada Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador que reflete o nível de investimento da economia, como compras de máquinas e equipamentos, teve expansão de 3,6% no ano.

No comércio exterior, as exportações avançaram 6,2% em

2025, enquanto as importações, 5,1%.

O estudo estima que a taxa de investimento da economia foi de 17,1%, a maior dos últimos três anos.

RECORDES

De acordo com a FGV, em termos monetários, o PIB brasileiro em valores correntes atingiu R\$ 12,63 trilhões, o maior valor da série histórica.

Já o PIB per capita — valor do PIB dividido pelo tamanho da população do país — alcançou R\$ 59.182, também um patamar recorde.

ANÁLISE

De acordo com a coordenadora do Núcleo de Contas Nacionais do Ibre, a economista Juliana Trece, os juros altos foram um dos motivos que levaram à perda de força no crescimento da economia em 2025.

“Nota-se evidente perda de fôlego do PIB ao longo de 2025, com a taxa, na série ajustada sazonalmente [ajuste que permite a comparação entre meses e trimestres imediatamente seguidos], tendo iniciado o ano com forte crescimento e terminado estável no quarto trimestre de 2025”.

EFEITO DOS JUROS

Juliana Trece assinala que 2025 foi “um ano de forte aperto monetário e imposição de tarifas ao Brasil”.

IBGE

Desemprego no 4º trimestre confirma tendência de queda em fim de ano

DANIELA AMORIM/AE

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) referentes ao quarto trimestre de 2025 mostram um mercado de trabalho melhor do que em igual período de 2024, mas perdendo tração na tendência de geração de vagas ante o terceiro trimestre de 2025, avaliou William Kratochwill, analista da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE).

A taxa de desemprego do País desceu de 5,6% no terceiro trimestre de 2025 para o piso histórico de 5,1% no quarto trimestre. Houve um recuo de 1,1 ponto porcentual ante o quarto trimestre de 2024, quando a taxa foi de 6,2%.

"O resultado do quarto trimestre só confirma o que a gente já sabe: o último trimestre tende a ter a menor taxa do ano. Todo ano isso acontece", disse

Kratochwill. "Ante o quarto trimestre de 2024, houve redução em mais da metade das Unidades da Federação. Para muitos estados o mercado foi ainda mais aquecido do que em 2024."

A taxa de desemprego caiu em 21 Unidades da Federação na passagem do terceiro trimestre de 2025 para o quarto trimestre de 2025. O IBGE pondera que algumas dessas variações ficaram dentro da margem de erro da pesquisa, por isso não são

consideradas estatisticamente significativas. Houve quedas de forma estatisticamente significativa em apenas seis das 27 Unidades da Federação no período.

"O fato de as taxas terem reduções marginais, isso mostra que aquela tendência de queda que identificamos ao longo do ano, aqui já começa a mostrar uma diminuição dessa tendência de queda (no desemprego)", apontou o pesquisador.

RESTITUIÇÃO

Receita Federal abre consulta a lote da malha fina do Imposto de Renda

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Cerca de 205 mil contribuintes que caíram na malha fina e regularizaram as pendências com o Fisco podem saber se receberão restituição. Nesta sexta-feira, a Receita Federal liberou a consulta ao lote da malha fina de fevereiro. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores.

Ao todo, 204.824 contribuintes receberão R\$ 578,97 milhões. Desse total, R\$ 337,69 milhões irão para contribuintes com prioridade legal no reembolso.

As restituições estão distribuídas da seguinte forma:

- 127.585 contribuintes que usaram a declaração preenchida e/ou optaram simultaneamente por receber a restituição via Pix;
 - 39.290 contribuintes de 60 a 79 anos;
 - 17.318 contribuintes sem prioridade;
 - 10.735 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério;
 - 6.632 contribuintes acima de 80 anos;
 - 3.264 contribuintes com deficiência física ou mental ou doença grave.
- A consulta pode ser feita na página da Receita Federal na in-

ternet. Basta o contribuinte clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no botão "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para tablets e smartphones.

Pagamento
O pagamento será feito em 27 de fevereiro, na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar uma pendência, pode enviar uma declaração retificadora

e esperar os próximos lotes da malha fina.

Se, por algum motivo, a restituição não for depositada na conta informada na declaração, como no caso de conta desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil. Nesse caso, o cidadão poderá agendar o crédito em qualquer conta bancária em seu nome, por meio do Portal BB ou ligando para a Central de Relacionamento do banco, nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

EUA

Alckmin: Brasil não perde competitividade com tarifa

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Brasil não perderá competitividade com a nova tarifa global de 10% anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse nesta sexta-feira o presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin(foto). Como a taxa será aplicada a todos os países exportadores, o Brasil, ressaltou Alckmin, permanece em igualdade de condições no mercado norte-americano.

A declaração foi feita após decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos que considerou ilegais as tarifas impostas anteriormente pelo presidente Donald Trump com base em poderes de emergência. Por seis votos a três, a Corte entendeu que a criação de tarifas é prerrogativa do Congresso, e não do Executivo.

DECISÃO JUDICIAL

O julgamento anulou parte relevante do chamado tarifaço, por meio do qual o governo de Trump havia imposto alíquota global de 10% e uma sobretaxa adicional de 40% sobre produtos brasileiros, totalizando 50% em alguns casos.

Para Alckmin, a decisão é “muito importante” para o Brasil e abre espaço para ampliar as trocas comerciais.

“Abriu-se uma avenida para um comércio mais pujante”, declarou.

Ele ressaltou que, no auge das medidas, 37% das exportações brasileiras estavam sendo oneradas, percentual que caiu para 22% no fim do ano passado, após negociações diplomáticas.



PAULO PINTO/ABRASIL

Trump reagiu à decisão anunciando que buscará novos caminhos legais para manter sua política tarifária e confirmou a criação de uma nova taxa global de 10%, com base em outros dispositivos da legislação comercial americana.

SETORES BENEFICIADOS

De acordo com o vice-presidente, a nova tarifa não altera a posição relativa do Brasil no comércio com os EUA.

“Os 10% são globais. Não perdemos competitividade”, afirmou Alckmin.

Ele destacou que setores como máquinas, motores, madeira, pedras ornamentais, café solúvel e frutas podem se beneficiar com a redução das barreiras anteriores.

Alckmin também mencionou que produtos estratégicos, como aço e alumínio, atingidos pela Seção 232 da legislação americana, ainda podem ter desdobramentos jurídicos. Por meio da Seção 232 da Lei de Segurança Nacional dos Estados Unidos, o país pode impor tarifas sobre importações consideradas ameaça à economia. O ministro reforçou que o Brasil não está entre os países que geram déficit comercial para os Estados Unidos e defendeu a continuidade do diálogo bilateral. “A negociação continua”, disse.

IMPACTO ECONÔMICO

Especialistas avaliam que a derrubada das tarifas pode favorecer a retomada das exporta-

ções brasileiras e reduzir pressões inflacionárias nos Estados Unidos, ao baratear produtos importados.

Em 2025, as exportações brasileiras para os EUA somaram US\$ 37,7 bilhões, o equivalente a 10,8% do total vendido pelo Brasil ao exterior. A redução das barreiras comerciais pode influenciar o fluxo de investimentos e o comportamento do dólar, com reflexos sobre a economia brasileira.

Apesar do revés judicial, Trump sinalizou que poderá abrir novas investigações comerciais e estruturar tarifas por outros instrumentos legais, mantendo a política de proteção à indústria americana no centro de sua estratégia econômica.

Alckmin afirma que ressarcimento do tarifaço será para empresas

FLÁVIA SAID/AE

O presidente da República em exercício e ministro da Indústria, Geraldo Alckmin, afirmou que o ressarcimento do tarifaço norte-americano será para as empresas. Nesta sexta-feira, a Suprema Corte dos Estados Unidos derrubou a taxa global imposta pelo presidente Donald Trump com base na Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA, na sigla em inglês).

“O ressarcimento será para as empresas, é um assunto, vamos dizer, empresarial, nós podemos levantar esses dados e passar depois para vocês, porque isso foi reduzido gradualmente, começou a tarifa 10%, depois ficou 10% mais 40%, depois saiu

celulose, depois saíram alguns tipos de madeira industrial e imóvel, depois saiu café, depois saiu carne, depois saiu frutas, não todas, mas uma parte, você teve aí várias ordens executivas”, argumentou Alckmin.

Ele deu alguns exemplos de produtos que ainda estavam com sobretaxa: armamentos, máquinas, pedras ornamentais, alguns tipos de fruta e café solúvel. “(Quero) reiterar que é uma decisão importante, fortalece a relação comercial Brasil-Estados Unidos, a negociação continua, o diálogo continua, o que nós esperamos é ter mais comércio, mais investimento recíproco e crescimento das economias”, sustentou.

A decisão desta sexta não atinge aço e alumínio, explicou Alck-

min, porque não afetou a Seção 232, que tem 50% de tarifa sobre aço e alumínio para o mundo inteiro. “Então, na Seção 232 nós perdíamos competitividade para quem estava dentro dos Estados Unidos, então o que mais afetava realmente era o (tarifaço) 10% mais 40%”, completou.

Alckmin lembrou que a tarifa de 10% é global e o Brasil não perdeu competitividade com os produtos enquadrados nessa alíquota. “Se é 10% geral, o que estava acontecendo é que o Brasil estava com uma tarifa de mais 40% que ninguém tinha, esse é que era o problema, você efetivamente perdeu a competitividade, mas nós temos que aguardar agora, com cautela, os desdobramentos que vão ocorrer, agora é importante e acho

que vai fortalecer a relação Brasil-Estados Unidos”, completou.

Questionado sobre declaração do presidente norte-americano, Donald Trump, que falou que a decisão da Suprema Corte ocorreu por influência estrangeira, Alckmin destacou que o governo brasileiro não entrou na justiça, nem como *amicus curiae*, dizendo que essa foi uma ação interna que correu dentro dos Estados Unidos. “A disposição do Brasil sempre foi do diálogo, tanto é que independente dessa decisão, estava pré-agendado, está pré-agendado para o mês de março um encontro entre os presidentes, o Trump e o presidente Lula, e acho que esse diálogo deve até crescer, as negociações e o diálogo até se fortalecerem mais”.

CARLOS FÁVARO

Brasil e Índia avançam em cooperação agrícola, diz Ministério da Agricultura

ISADORA DUARTE/AE

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, e o ministro da Agricultura e Bem-Estar dos Agricultores da Índia, Shri Shivraj Singh Chouhan, discutiram nesta sexta-feira, o fortalecimento da cooperação agrícola e a ampliação das relações comerciais entre os dois países, informou o Ministério da Agricultura, em nota. A agenda integra a missão do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em Nova Délhi.

De acordo com a pasta, os ministros trataram sobre bioinsumos, mecanização, inteligência artificial aplicada ao campo e complementaridade produtiva entre os países. Nessas áreas, a cooperação técnica entre os países deve incluir troca de conhecimento, pesquisa e estímulo a soluções tecnológicas adaptadas às realidades tropicais.

Fávaro afirmou que foi aberto espaço para “avanços concretos” no comércio bilateral de produtos agropecuários. “Tratamos da ampliação das relações comerciais. O Brasil está pronto para abrir a romã para importar

da Índia e também para receber a noz macadâmia produzida aqui. Como contrapartida, buscamos a abertura do feijão-guandu, além de ampliar oportunidades para a carne de frango brasileira e a erva-mate”, disse o ministro.

Já Teixeira destacou o potencial de cooperação em melhoramento genético, mecanização e inovação, citando a atuação de empresas brasileiras atuando na área de genética bovina no mercado indiano.

O Brasil exportou 4,814 milhões de toneladas de produtos agropecuários para a Índia

em 2025, com geração de receita de US\$ 3,210 bilhões, segundo dados do Agrostat - sistema de estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro. Atualmente, a pauta é concentrada na comercialização de açúcar, óleo de soja e algodão.

Já as importações brasileiras de produtos agropecuários indianos alcançaram 100,816 mil toneladas no ano passado, com desembolso de US\$ 304,487 milhões, em especial de fios, linhas e produtos têxteis de algodão, cebolas secas, óleos vegetais, óleos essenciais e especiarias.

EXPLORAÇÃO

Petrobras se prepara para voltar a perfurar na Margem Equatorial

DENISE LUNA/AE

A Petrobras informou que ainda não retomou a exploração do poço de Morpho, na Margem Equatorial brasileira, cuja liberação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ocorreu no último dia 4. Segundo a estatal, a empresa está se mobilizando para reiniciar a operação.

“A Petrobras iniciou os preparativos para a retomada das operações no poço Morpho, na Margem Equatorial, vinculada ao atendimento das recomendações da ANP e após prestar todos os esclarecimentos solicitados pela agência reguladora”, disse em nota enviada ao Grupo Estado.

A companhia reforçou ainda, “que atua em plena confor-

midade com os requisitos regulatórios vigentes, prestando todos os esclarecimentos devidos aos órgãos competentes e atendendo rigorosamente a todas as demandas dos referidos órgãos.”

A suspensão das atividades foi provocada pelo vazamento de um fluido de perfuração que não oferece risco ao meio ambiente, segundo a companhia.

Após o incidente, a exploração iniciada em outubro do ano passado ficou parada por um mês, atrasando o cronograma da companhia. Inicialmente, a previsão era de que o trabalho durasse cinco meses e terminasse em março.

O Ibama multou a Petrobras em R\$ 2,5 milhões pelo vazamento, mas, segundo fontes ouvidas pelo Broadcast, a empresa vai recorrer.

TRANSCOOPASS – COOPERATIVA DE TRABALHO DE MOTORISTAS DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E TURISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA.
CNPJ: 33.725.029/0001-90

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE COOPERADOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Cooperativa TRANSCOOPASS, usando das prerrogativas que confere o Estatuto Social (Cap.VIII – Art.28), convoca os demais membros do Quadro Social a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 03 de março de 2026 (Terça-feira), em 1ª (primeira) convocação às 13:00h, 2ª (segunda) convocação às 14:00h e 3ª (terceira) e última convocação às 15:00h, na Av. 20 de Janeiro, S/N – Galeão - Pátio, nesta cidade, para deliberar sobre os seguintes assuntos:
► PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2025; ► APRESENTAÇÃO DO BALANÇO DO EXERCÍCIO 2025 ► DESTINAÇÃO DAS SOBRAS APURADAS OU RATEIO DAS PERDAS ► PARECER DO CONSELHO FISCAL ► ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL PARA O PERÍODO DE MAR/2026 A MAR/2027 ► ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ÉTICA; ► ASSUNTOS GERAIS (TÓPICOS PREVIAMENTE LISTADOS ATÉ DOIS DIAS ANTES DA ASSEMBLEIA). Informo por oportuno que a cooperativa mantém nesta data 37 associados.
Rio de Janeiro, 20 de Fevereiro de 2026
Alessandro Arbex Risarde
Diretor Presidente

TS-32 Participações Ltda.
NIRE 35.238.607.282 - CNPJ nº 45.326.376/0001-29
Extrato do Instrumento Particular de 3ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular: 1. TS 32-I, L.L.C., com escritório em Nova York, EUA, CNPJ 48.423.761/0001-82; 2. TS 32-II, L.L.C., com escritório em Nova York, EUA, CNPJ 48.423.762/0001-27. Na qualidade de únicas sócias da TS-32 Participações Ltda., e ainda, como sócias ingressantes: 1. Project Patio Brazil III JV, L.P., com sede Nova York, EUA, CNPJ 18.763.091/0001-82; 2. Project Patio London JV, L.L.P., com sede em Londres, CNPJ 18.763.090/0001-38; e 3. Project Patio Scots JV, L.L.P., com sede em Edimburgo, CNPJ 18.763.092/0001-27; Todas representadas por suas procuradoras, Leila Rodrigues Jacy da Silva, RG 30.052.302-6-SSP/SP, CPF 279.475.358-41, e Haallih Bittar, RG 27.664.205-3 SSP/SP, CPF 279.018.468-28, OAB/SP 199.736. Têm entre si, justo e contratado, alterar o Contrato Social: 1. Alterar a denominação social, passando de “TS-32 Participações Ltda.” para “TS-32 Construtora Ltda.”. 1.1. Alterar a Cláusula 2 do Contrato Social. 2. Alterar o endereço da sede, passando de Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Rebouças, 2.728, conjuntos 101 e 102, 1º andar, sala 40, Edifício Waldyr Beira, Pinheiros, CEP 05402-500 para Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida Oscar Niemeyer, 2.000, Sala 401, Bloco 1, Santo Cristo, CEP 20220-297. 2.1. Alterar as Cláusulas 2 e 22 do Contrato Social. 3. Alterar o objeto social e a Cláusula 4 do Contrato Social. 4. As sócias TS 32-I, L.L.C. e TS 32-II, L.L.C., com a expressa anuência uma da outra, retirem-se da Sociedade, cedendo onerosamente e transferindo a totalidade de suas 100 quotas, para as Sócias Ingressantes, as quais são admitidas como sócias na Sociedade: (a) A sócia TS 32-I, L.L.C., cede e transfere suas 99 quotas, R\$ 99,00, sendo (i) 30 quotas para Project Patio Brazil III JV, L.P.; (ii) 35 quotas para Project Patio London JV, L.L.P.; e (iii) 34 quotas para Project Patio Scots JV, L.L.P., que ora são admitidas na Sociedade; e (b) A sócia TS 32-II, L.L.C., cede e transfere sua única quota, R\$ 1,00, para Project Patio Scots JV, L.L.P.. 4.1. A Cláusula 5ª e o § 2º da Cláusula 13 do Contrato Social são alteradas. 5. Decidem: (i) ratificar todos os termos e condições do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da TS-19 Participações Ltda. com Incorporação do Acervo Cindido pela TS-32 Participações Ltda., celebrado em 22.12.2025 pelos administradores da Sociedade e da TS-19 Participações Ltda., com sede no Rio de Janeiro/RJ, CNPJ 10.262.875/0001-15, NIRE 33.2.0923071-9 (“Cindida”), que estabelece os termos e condições aplicáveis à cisão parcial da Cindida e versão do acervo cindido para a Sociedade; (ii) ratificar a nomeação da Contábil Agosto S/S, CNPJ 04.665.275/0001-03, CRC/SP 2SP022098/O-3, para avaliar os bens e direitos a serem cindidos da Cindida e vertidos à Sociedade; (iii) aprovar o laudo de avaliação com base no seu valor patrimonial contábil, na data base de 30.11.2025; (iv) aprovar a incorporação do acervo líquido cindido da Cindida pela Sociedade, sem solidariedade, avaliado em R\$ 42.666.503,00, em conformidade com o Protocolo. 6. Decidem pela incorporação do acervo líquido cindido da Cindida pela Sociedade, que resulta em um aumento do capital social no valor de R\$ 42.666.503,00, desconsiderando-se os centavos por se tratarem de fração de quota, mediante a emissão de 42.666.503 novas quotas, com valor nominal unitário de R\$ 1,00, atribuídas de maneira proporcional entre as Sócias Ingressantes, passando o capital social de R\$ 100,00, para R\$ 42.666.603,00, dividido em 42.666.603 quotas, com valor unitário de R\$ 1,00, a saber: (a) emitidas 13.013.597 novas quotas em favor da sócia Project Patio Brazil III JV, L.P., - R\$ 13.013.597,00; (b) emitidas 14.826.453 novas quotas em favor da sócia Project Patio London JV, L.L.P., - R\$ 14.826.453,00; e (c) emitidas 14.826.453 novas quotas em favor da sócia Project Patio Scots JV, L.L.P., - R\$ 14.826.453,00. 6.1. Alterar a Cláusula 5ª do Contrato Social: “Cláusula 5 - O capital social em moeda corrente nacional, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 42.666.603,00, dividido em 42.666.603 quotas com valor nominal unitário de R\$ 1,00, distribuídas entre as sócias da seguinte forma: Sócia - Quotas - Valor (R\$) - %: Project Patio Brazil III JV, L.P. - 13.013.627 - R\$ 13.013.627,00 - 30,5%; Project Patio London JV, L.L.P. - 14.826.488 - R\$ 14.826.488,00 - 34,75%; Project Patio Scots JV, L.L.P. - 14.826.488 - R\$ 14.826.488,00 - 34,75%; Total - 42.666.603 - R\$ 42.666.603,00 - 100%. § único - A responsabilidade de cada uma das sócias é limitada ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital.” 7. Elegem para o cargo de administradora: Sra. Emília Fabiana de Souza e Oliveira, brasileira, casada, engenheira civil, RG 25.883.185-6 SSP/SP, CPF/MF 220.661.338-76, residente em São Paulo/SP, a qual permanecerá no seu cargo em conjunto com as administradoras eleitas até a Reunião Anual de Sócias que se realizará no ano de 2026 (nos termos do disposto no Art. 1.078 do Código Civil Brasileiro e na Cláusula 7 do Contrato Social da Sociedade), ou até que seu substituto seja eleito e terá os poderes e atribuições constantes do Contrato Social da Sociedade. A Sra. Emília Fabiana de Souza e Oliveira assina este instrumento para declarar, sob as penas da lei, que tomou posse em seu cargo nesta data e que não está impedida de exercer a administração, por lei. As sócias retirantes, as Sócias Ingressantes e a Sociedade dão, entre si e uma as outras, a mais plena quitação. As sócias aprovam a alteração integral do Contrato Social. São Paulo, 22.12.2025. Sócias Retirantes: TS 32-I, L.L.C. e TS 32-II, L.L.C. ambas p.p. Leila Rodrigues Jacy da Silva e Haallih Bittar. Sócias Ingressantes: Project Patio Brazil III JV, LP, Project Patio London JV, LLP, Project Patio Scots JV, LLP, todas p.p. Leila Rodrigues Jacy da Silva e Haallih Bittar. Administradora Eleita: Emília Fabiana de Souza e Oliveira. JUCESP nº 16.717/26-0 em 02/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral. JUCERJA - NIRE 33214623944 em 20/02/2026. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278

MATANÇA

Moraes estende prazo para RJ entregar imagens de operação

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ampliou para 20 dias o prazo para o governo do Rio de Janeiro enviar à Polícia Federal (PF) as câmeras e as imagens capturadas durante a Operação Contenção, que terminou com 122 mortos em outubro do ano passado — entre eles, cinco po-

liciais. Na decisão assinada na última quinta-feira, o ministro acolheu pedido do governo fluminense, que solicitou mais prazo para entregar todo o material e permitir que a PF realize a perícia determinada. No dia 5 deste mês, Moraes deu prazo de 15 dias para a entrega do material. “Determino ao estado do Rio de Janeiro o envio, no prazo de 20 dias, de todas as câmeras

e/ou imagens capturadas durante a Operação Contenção, bem como aquelas relativas aos exames cadavéricos, para a diretoria-geral da Polícia Federal”, decidiu. A decisão do ministro foi tomada no processo conhecido como ADPF das Favelas - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635. Na ação, a Corte já determinou diversas medidas para re-

dução da letalidade durante operações em comunidades do Rio de Janeiro. A Operação Contenção foi deflagrada para o cumprimento de mandados de prisão contra a organização criminosa Comando Vermelho (CV). A ação ocorreu nos complexos de favelas do Alemão e da Penha, onde, segundo as investigações, lideranças da facção se concentra-

ESCOLA

Polícia combate aliciamento e assédio de crianças em Niterói

Alunos de uma escola da Região Oceânica de Niterói foram adicionados em um grupo virtual, onde eram compartilhadas imagens de pornografia infantil, cenas de extrema violência e conteúdos homofóbicos e racistas.

Policiais civis da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente de Niterói (DPCA-Niterói) deflagraram, nesta sexta-feira, a "Operação Pueri in Periculum",

para combater crimes de aliciamento e assédio sexual contra menores e cumprir mandados de busca e apreensão em endereços dos administradores do grupo. Segundo a corporação, as investigações começaram a partir de denúncia recebida pela especializada. Durante a apuração, os agentes identificaram três administradores do grupo, com mais de 500 integrantes,

que são alvos dos mandados de busca e apreensão cumpridos nesta sexta. A operação busca reunir novas provas e identificar outros possíveis envolvidos. Há indícios de que estudantes de outras unidades escolares da cidade também tenham sido adicionados ao grupo. “*Pueri in Periculum*”, em latim, significa “Crianças em Perigo”. “A Polícia Civil refor-

ça a importância de que pais e responsáveis mantenham diálogo aberto com seus filhos sobre os riscos no ambiente virtual, estimulando a confiança para que relatem qualquer situação suspeita. Diante de indícios de irregularidade, a orientação é procurar a Polícia Civil e a direção da escola para que as medidas cabíveis sejam adotadas”, diz, em nota.

ISP

RJ atinge menor patamar de roubos de rua para o mês de janeiro em 21 anos

O estado do Rio de Janeiro iniciou o ano de 2026 com queda expressiva nos roubos de rua, quando comparados a janeiro do ano passado. Dados divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) mostram que o indicador registrou redução relevante de 20,2% atingindo o menor número de casos para o mês desde 2005 - foram 4.363 roubos no último mês, contra 5.469 em janeiro de 2025. “O roubo de rua é um dos principais indicadores estratégicos ligados à sensação de segurança da população. Então, a redução desse tipo de crime impacta diretamente na qualidade de vida de quem mora e investe no Rio. Nossas polícias continuarão a trabalhar de forma integrada, com planejamento, inteligência e

tecnologia, para oferecer um serviço de segurança cada vez melhor”, disse o governador Cláudio Castro. A Letalidade Violenta (soma de homicídio doloso, feminicídio, lesão corporal seguida de morte, latrocínio e morte por intervenção de agente do Estado) também apresentou resultado positivo com diminuição de 12,2% em janeiro. No total, foram 352 mortes em janeiro deste ano, frente a 401 no mesmo período do ano anterior. Entre os crimes que compõem o indicador, o homicídio doloso registrou queda de 16,9%, passando de 308 para 256 vítimas. As polícias Civil e Militar iniciaram o ano com resultados importantes na produtividade: em 31 dias, 2.117 veículos foram recuperados, uma média de 68 por

dia - mais 23,3%. As forças de segurança também apreenderam 586 armas de fogo, aumento de 9,3%, sendo 73 fuzis, e registraram 2.205 apreensões de drogas, crescimento de 4,2%. Além disso, 3.678 pessoas foram presas em flagrante, uma média de 119 por dia, representando uma alta de 3%. “A redução dos roubos de rua, aliada à queda da letalidade violenta e aumento da produtividade policial demonstra que as políticas públicas baseadas em evidências estão produzindo efeitos concretos”, analisa a diretora-presidente do ISP, Marcela Ortiz.

LEI DO FEMINICÍDIO

Após a Resolução CONSINESP nº 8, de 21 de fevereiro de 2025, do Ministério da Justiça e Segurança

Pública, e da publicação da Lei nº 14.994/2024, que passou a tipificar o feminicídio como crime autônomo na legislação brasileira, o Instituto de Segurança Pública passa a divulgar os dados de feminicídio e tentativa de feminicídio separado dos indicadores homicídio doloso e tentativa de homicídio, respectivamente. Com a mudança, a Letalidade Violenta permanece composta por homicídio doloso, morte por intervenção de agente do Estado, lesão corporal seguida de morte, latrocínio e, a partir da data de publicação da Lei, feminicídio como tipificação própria. Ou seja, os bancos de dados foram atualizados retroativamente a partir de outubro de 2024, data de publicação da Lei, para refletir a nova tipificação.

REMÉDIOS

Anvisa apreende lotes falsos de Mounjaro

GABRIEL DAMASCENO/AE

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciou nesta sexta-feira, a apreensão de vários medicamentos por irregularidades. Entre eles estão remédios usados para tratamentos oncológicos, obesidade e os 'chips da beleza'. As decisões foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) e constam nas Resoluções-RE nº 641 e nº 642. Um dos alvos foi o Mounjaro (tirzepatida), medicamento usado para diabetes tipo 2 e para perda de peso. A situação acontece após a fabricante, a farmacêutica Eli Lilly, informar à Anvisa que identificou um lote - de código D838838 - com características divergentes do medicamento original.

DOENÇA

Governo intensifica combate a coqueluche na TI Yanomami

O Ministério da Saúde reuniu uma equipe emergencial para reforçar o atendimento na base polo de Surucucu, na Terra Indígena (TI) Yanomami, em Roraima. A iniciativa divulgada na última quarta-feira é uma resposta do Governo Federal ao aumento das infecções por coqueluche entre crianças da região, que já soma oito casos e três óbitos. A coqueluche é uma infecção respiratória bacteriana e contagiosa, cujos primeiros sintomas são crises de tosse seca. A equipe enviada pelo Ministério da Saúde chegou à região no último dia 16 e foi acompanhada por especialistas do Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do SUS, com experiência na contenção de possíveis surtos ou aumento de casos de doenças infecciosas. O grupo vai atuar em conjunto com o Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Yanomami, que já estava em Surucucu reali-

zando coletas de material e trabalhos de prevenção com aldeias adjacentes. Ao todo, 50 profissionais vão reforçar a prevenção de novos casos e a assistência local. As crianças infectadas estão em tratamento em hospitais de Boa Vista, capital do estado. Duas já foram liberadas para suas respectivas aldeias, e todos os casos suspeitos seguem em investigação e acompanhamento.

VACINAÇÃO

A vacinação é o principal meio de prevenção contra a coqueluche, e, no Brasil, a vacina é disponibilizada através do SUS para crianças de até 7 anos e gestantes, em Unidades Básicas de Saúde. De acordo com o Dsei Yanomami, o esquema vacinal completo das crianças com menos de 1 ano de idade quase dobrou entre 2022 e 2025, passando de 29,8% para 57,8%. Entre os me-

nores de 5 anos, esse índice passou de cerca de 52% para 73% no mesmo período.

DESAFIOS

Em 2023, o Governo Federal decretou estado de emergência na Terra Indígena Yanomami, por causa do alto índice de desnutrição, malária e mortes por causas diversas. A partir disso, foram instituídas ações para combater a crise sanitária, resultante do garimpo ilegal. A iniciativa envolveu os ministérios da Saúde, Defesa e Povos Indígenas, para estruturar os serviços de saúde pública e segurança. Foram tomadas medidas como fechamento de garimpos ilegais e destinação de recursos para controle do espaço aéreo, além ações para despoluição dos rios, tratamentos de água potável e construção de unidades especializadas de saúde.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

“Lembra-te de que és pó e ao pó voltarás!” (Gn 3,19)

A Igreja nos reúne na Quarta-feira de Cinzas para iniciar a caminhada quaresmal, e o primeiro gesto que realizamos não é festivo, mas profundamente simbólico: recebemos cinzas sobre a cabeça. Esse sinal, simples e austero, rompe com a lógica do mundo. Enquanto a sociedade procura esconder a fragilidade humana, a liturgia nos faz encarar-la de frente. Escutamos: “Lembra-te de que és pó e ao pó voltarás” (Gn 3,19). Esta é uma das opções de texto para esse momento. Não se trata de pessimismo, mas de lucidez espiritual. Somente quem reconhece sua condição limitada pode abrir-se verdadeiramente à salvação. A Quaresma começa, portanto, com um chamado à verdade interior. Muitas vezes vivemos distraídos, ocupados, mergulhados em preocupações e projetos, como se a vida fosse permanente. No entanto, a Palavra de Deus nos recorda que tudo passa. O salmista já rezava: “Ensina-nos a contar os nossos dias, para que alcancemos um coração sábio” (Sl 89,12). A sabedoria cristã nasce quando percebemos que nossa existência precisa estar fundamentada em algo eterno. A primeira leitura – Jl 2,12-18 – apresenta o grito do profeta Joel: “Voltai para mim de todo o coração” (Jl 2,12). Deus não pede uma mudança superficial, mas um retorno total. Não basta corrigir alguns comportamentos externos; é necessário reencontrar o centro da vida. O pecado, antes de ser uma lista de erros, é o afastamento do coração humano em relação a Deus. Por isso o profeta insiste: “Rasgai o vosso coração, e não as vossas vestes” (Jl 2,13). O Senhor denuncia uma religião feita apenas de ritos sem conversão. Esse apelo continua extremamente atual. Existe o risco de vivermos uma fé automática: participamos das celebrações, repetimos orações, mantemos tradições religiosas, mas o coração permanece endurecido. A Quaresma vem quebrar essa rotina espiritual. Deus deseja tocar aquilo que escondemos, as áreas da vida que evitamos entregar a Ele. O profeta ainda revela algo consolador: Deus chama à conversão não para condenar, mas porque é “bondoso e compassivo, lento para a cólera e rico em misericórdia” (Jl 2,13). A iniciativa sempre parte de Deus. Antes mesmo de o ser humano voltar, Deus já o espera. A conversão cristã não nasce do medo, mas da experiência da misericórdia. Na segunda leitura – 2Cor 5,20–6,2 – São Paulo fala com intensidade impressionante: “Deixai-vos reconciliar com Deus” (2Cor 5,20). O apóstolo não diz apenas “reconciliai-vos”, mas “deixai-vos”. Isso significa que a reconciliação é obra da graça. Muitas vezes pensamos que precisamos primeiro mudar para depois nos aproximarmos de Deus; Paulo ensina o contrário: aproximamo-nos de Deus para que Ele nos transforme. Por isso insiste: “Eis agora o tempo favorável, eis agora o dia da salvação” (2Cor 6,2). A Quaresma é esse “agora” de Deus. Não é um tempo simbólico apenas no calendário, mas uma oportunidade concreta de recomeço. Quantas conversões adiadas carregamos? Quantos perdões não concedidos? Quantas reconciliações evitadas? A Palavra hoje rompe nossas desculpas espirituais. O Evangelho – Mt 6,1-6.16-18 – aprofunda ainda mais essa reflexão. Jesus não rejeita as práticas religiosas tradicionais de Israel, mas purifica sua intenção. Ele afirma: “Ficai atentos para não praticar a vossa justiça diante dos homens só para serdes vistos por eles” (Mt 6,1). O maior perigo da vida espiritual não é apenas o pecado evidente, mas a hipocrisia religiosa — quando fazemos o bem buscando reconhecimento. Jesus apresenta três caminhos concretos: esmola, oração e jejum. Eles não são práticas isoladas, mas uma pedagogia espiritual completa. A esmola transforma nossa relação com o próximo. Cristo ensina: “Quando deres esmola, não toques trombeta diante de ti” (Mt 6,2). A caridade verdadeira não humilha quem recebe nem exalta quem dá. Ela nasce da consciência de que tudo é dom. Quando partilharmos, reconhecemos que não somos donos absolutos daquilo que possuímos. A esmola combate a idolatria do dinheiro e cura o coração fechado. A oração, por sua vez, reorganiza nossa relação com Deus. Jesus orienta: “Entra no teu quarto, fecha a porta e reza ao teu Pai em segredo” (Mt 6,6). O “quarto” é o lugar interior, onde não há máscaras. Muitos falam com Deus apenas por fórmulas, mas a oração verdadeira exige silêncio, escuta e sinceridade. É ali que percebemos nossas feridas e permitimos que Deus nos cure. Sem oração, a fé torna-se atividade exterior; com oração, ela se torna encontro. O jejum completa esse caminho ao transformar nossa relação conosco mesmos. O Senhor diz: “Quando jejuardes, perfuma a cabeça e lava o rosto” (Mt 6,17). O jejum cristão não é exibição de sofrimento, mas exercício de liberdade. Ele nos recorda que não somos governados pelos impulsos. Em um mundo marcado pelo excesso e pela satisfação imediata, jejuar significa reaprender a desejar Deus acima de tudo. Recorda-nos aquilo que Jesus respondeu no deserto: “Nem só de pão vive o homem” (Mt 4,4). Percebemos então que a Quaresma toca três dimensões fundamentais da vida: Deus, o próximo e nós mesmos. Quando uma dessas dimensões se desequilibra, a vida espiritual adocece. As cinzas que recebemos hoje também possuem outro significado profundo. Elas vêm da queima dos ramos do Domingo de Ramos do ano anterior. Aquilo que foi sinal de festa transforma-se em pó. A liturgia nos ensina que até as experiências religiosas podem tornar-se vazias se não conduzirem à conversão permanente. A fé precisa ser renovada continuamente. Por isso, a Quaresma não é apenas tempo de penitência, mas de esperança. Deus não nos chama para olhar o passado com culpa, mas para abrir o futuro com confiança. O profeta Ezequiel já transmitia esse desejo divino: “Dar-vos-ei um coração novo e porei em vós um espírito novo” (Ez 36,26).

ELEIÇÕES 2026

Kassab reafirma que PSD terá candidato ao Palácio do Planalto

GEOVANI BUCCI E JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

O presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, reiterou nesta sexta-feira, em publicação nas redes sociais, que o partido deverá lançar candidatura própria à Presidência da República nas eleições deste ano. A declaração ocorre em meio a especulações sobre um eventual apoio à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A legenda comanda três ministérios no governo federal: Pesca, Minas e Energia e Agricultura.

"Neste momento, em consonância com o PSD, tenho plena convicção no encaminhamento de três excelentes pré-candidatos ao cargo de presidente da República nas eleições deste ano", afirmou Kassab. "O Brasil estará muito bem servido se puder contar com (os governadores) Ronaldo Caiado (Goiás), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul) ou Ratinho Júnior (Paraná) como seu presidente da República, a partir de 2027."

No dia 11 deste mês, o presidente do PSD chegou a dizer que a chance da sigla disputar a eleição como vice na chapa do atual presidente é nula. "Tenho respeito pelo presidente. Se ele tinha essa intenção, eu agradeço. Mas não existe essa chance, a chance é zero", afirmou.

Além disso, no dia 9, Kassab relatou, em entrevista à Globonews, que já comunicou a Lula que o partido não apoiará sua candidatura à reeleição. Tal comunicado teria sido feito em almoço, do qual participaram a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e o senador Jaques Wagner (PT-BA). A estratégia nacional do PSD, no entanto, convive com divisões internas. Parte dos diretórios estaduais, especialmente no Nordeste, já sinalizou apoio à reeleição de petista, mesmo diante da intenção do partido de lançar candidatura própria.

"Nunca fechamos questão em relação a nenhum tema, mas nós não vamos caminhar com ele (Lula). Eu entendo que nossa proposta é diferente", disse Kassab na entrevista. "Tem o nosso respeito essa vontade dele, mas ele sabe, porque eu mesmo já disse a ele, que nós não caminharíamos juntos. Nós vamos ter o nosso caminho"

Na publicação desta sexta-feira, o dirigente partidário também reforçou algumas pautas que devem ser defendidas pelo futuro candidato do PSD no pleito. Entre as proposições está o fim da reeleição - em debate no Senado com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 12/2022, conhecida como a PEC do fim da reeleição para cargos do Executivo no Brasil e criação de mandato de cinco anos -, reforma administrativa e idade

mínima para os novos membros dos Tribunais superiores. Em tom pessoal, Kassab afirmou que cometeu "inúmeros acertos e, também, equívocos". Ele listou feitos, os quais considera acertos, mas não detalhou os supostos equívocos.

ATRITOS E ACENOS

Kassab integra o governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) em São Paulo, aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que já declarou apoio ao filho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Apesar disso, o presidente do PSD já demonstrou, no passado, entusiasmo com a possibilidade de o governador paulista disputar o Planalto.

A relação entre Kassab e Tarcísio, contudo, é considerada tensa. Seus poderes na administração estadual foram reduzidos ao longo do mandato, e aliados do Palácio dos Bandeirantes afirmam que o secretário tem "caneta", mas "sem tinta".

Há três semanas, Gilberto Kassab afirmou, em entrevista ao UOL News, que o reconhecimento ao papel de Bolsonaro na trajetória política de Tarcísio não deve se confundir com dependência ou ausência de identidade própria. "Uma coisa é gratidão, reconhecimento, lealdade; outra coisa é submissão."

Sem citá-lo, Tarcísio respondeu às críticas. "Acho interessante como as pessoas confundem lealdade com submissão. Amizade e lealdade viram atributos raros na política. As pessoas agem por interesse próprio", disse o governador. "Quem fala em submissão não entende nada sobre amizade e valores."

Com o objetivo de disputar o governo paulista, Kassab passou a trabalhar para ocupar a vaga de vice em eventual chapa de reeleição de Tarcísio. Como mostrou o Estadão em setembro do ano passado, o governador disse a aliados que não há qualquer possibilidade de o dirigente do PSD compor como vice.

Se em São Paulo o PSD se distancia do bolsonarismo, no Rio de Janeiro o cenário é distinto. O prefeito Eduardo Paes (PSD), pré-candidato ao governo do Estado e aliado de Lula, anunciou nesta quinta-feira, 19, que a advogada Jane Reis (MDB) será vice em sua chapa.

Jane é irmã de Washington Reis (MDB), aliado de Jair Bolsonaro e ex-secretário do governador Cláudio Castro (PL). Presidente estadual do MDB e ex-prefeito de Duque de Caxias, Washington declarou apoio a Flávio Bolsonaro na disputa eleitoral.

Em janeiro, Paes confirmou a pré-candidatura ao Palácio Guanabara e, em reunião fora da agenda no Palácio do Planalto, assegurou a Lula que dará palanque ao presidente no Rio de Janeiro.

FARSA DO DOENTINHO

PGR diz ao STF que é contra prisão domiciliar de Bolsonaro

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O procurador-geral da República, Paulo Gonet (**foto**), se manifestou contra o pedido de prisão domiciliar humanitária feito pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). No documento enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), Gonet considerou que a jurisprudência da Corte reserva a prisão domiciliar apenas para os casos em que o tratamento médico necessário não pode ser ofertado na prisão - o que, na sua avaliação, não é o caso de Bolsonaro.

"Visto que a realidade fática não sofreu alteração substancial, e considerando que o batalhão dispõe de assistência médica 24 horas e unidade avançada do SAMU, permanece incólume o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, o qual reserva a prisão domiciliar apenas aos casos em que o tratamento médico indispensável não possa ser ofertado na unidade de custódia, situação que não se verifica nos presentes autos", afirmou o PGR.

Um parecer médico elaborado por peritos da Polícia Federal (PF) e divulgado no início do mês concluiu que o estado de saúde de Bolsonaro exige acompanhamento contínuo, mas não impede sua permanência no 19.º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, conhecido como Papudinha. A perícia também recomendou adaptações na unidade prisional, acompanhamento nutricional, fisioterapia e atividade física.

FRAUDE NO BRB

Câmara do DF arquiva pedidos de impeachment contra Ibaneis

VANESSA ARAUJO/AE

O presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Wellington Luiz (MDB), arquivou três pedidos de impeachment apresentados contra o governador Ibaneis Rocha (MDB)

Nos despachos publicados na edição desta sexta-feira, do Diário da Câmara Legislativa, Wellington informou que acolheu pareceres da Procuradoria-Geral da Casa favoráveis ao arquivamento das denúncias.

As representações foram protocoladas no fim de janeiro

CASO MASTER

Daniael Vorcaro confirma que não irá depor na CPMI do INSS

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, não vai comparecer à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga as fraudes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), onde tinha depoimento marcado para esta segunda-feira. A informação foi confirmada à Agência Brasil por um dos advogados do banqueiro, Roberto Podval.

A opção de não comparecer à comissão parlamentar está amparada em um despacho do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu na quinta-feira passada que Vorcaro não é obrigado a comparecer aos depoimentos que estavam previstos. Além da CPMI do INSS, na segunda-feira, o banqueiro tinha uma oitiva marcada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no dia seguinte, na qual também não é obrigado a comparecer.

Para o ministro do STF, a ida do banqueiro à audiência é facultativa, justamente pelo fato de estar na condição de investigado no processo que apura as fraudes no Master. André Men-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

donha citou o parecer e considerou que, apesar da "multiplicidade" de patologias indicadas, a PF foi "peremptória" em atestar que as doenças do ex-presidente estão sob controle clínico.

Gonet citou o parecer e considerou que, apesar da "multiplicidade" de patologias indicadas, a PF foi "peremptória" em atestar que as doenças do ex-presidente estão sob controle clínico.

"A necessidade de adaptações e de um regime alimentar

específico não implica, por si só, a inadequação do ambiente carcerário, uma vez que o tratamento condizente com as patologias descritas já vem sendo regularmente prestado ao custodiado no próprio estabelecimento prisional", disse o PGR.

o governador confirmou que se encontrou com o empresário, mas negou ter discutido a operação.

Wellington Luiz integra o mesmo partido de Ibaneis e é aliado político do governador.

Além das iniciativas na CLDF, cinco partidos - PT, Rede, PDT, PCdoB e PV - protocolaram em 26 de janeiro, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), uma notícia de fato pedindo a apuração de possíveis crimes comuns e atos de improbidade administrativa atribuídos ao governador no contexto do caso BRB-Master. As siglas defendem

ainda o afastamento de Ibaneis do cargo para evitar interferências e garantir a lisura das apurações.

O caso do Banco Master tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do ministro André Mendonça, após a citação do deputado João Carlos Bacelar (PL-BA) aparecer em documentos apreendidos. O processo tramitava no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) e chegou ao STF por solicitação da defesa de Daniel Vorcaro, que alegou a existência de autoridade com foro privilegiado.

A medida foi celebrada pelo presidente da CPMI, que classificou como uma "vitória da transparência".

"Sempre defendi que não se combate fraude escondendo informação. A determinação de envio imediato do material à Polícia Federal fortalece a investigação e o nosso trabalho. Seguiremos firmes. O Brasil precisa de instituições fortes, mas também de homens e mulheres de coragem para investigar até as últimas consequências", escreveu Alfredo Gaspar em uma postagem nas redes sociais.

ENTENDA

Em novembro de 2025, o banqueiro Daniel Vorcaro e outros acusados foram alvo da Operação Compliance Zero, deflagrada pela Polícia Federal para investigar a concessão de créditos falsos pelo Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo Banco Regional de Brasília (BRB), banco público ligado ao governo do Distrito Federal. De acordo com as investigações preliminares, as fraudes podem chegar a R\$ 17 bilhões



CÂMARA DOS DEPUTADOS

donça é o relator do caso.

O presidente da CPMI do INSS, deputado Alfredo Gaspar (União-AL) (**foto**), confirmou, via assessoria, que a ida do banqueiro está cancelada. A pauta da reunião, inclusive, já foi alterada pelo parlamentar.

Em outra decisão, o ministro André Mendonça determinou a devolução, para CPMI do INSS, do acesso aos dados da quebra de sigilo telemático, bancário e telefônico de Daniel Vorcaro.

A comissão investiga o suposto envolvimento do banco com empréstimos consignados

e descontos irregulares em aposentadorias.

A decisão atendeu ao pedido da própria CPMI e derrubou determinação do antigo relator do caso, ministro Dias Toffoli, que retirou os dados da comissão e determinou que o material fosse armazenado na presidência do Senado.

Mendonça determinou ainda que os dados de Vorcaro devam ser enviados para a Polícia Federal (PF), que investiga as fraudes no Banco Master. Em seguida, a corporação deverá compartilhar as informações com a CPMI.

Nota

PRESIDENTE DA UNAFISCO PRESTA DEPOIMENTO À PF COMO INVESTIGADO

O presidente da Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal (Unafisco), Kleber Cabral, prestou depoimento nesta sexta-feira à Polícia Federal (PF). Cabral foi ouvido na condição de investigado no Inquérito das Fake News, aberto pela Corte em 2019 e ainda em andamento. A oitiva durou cerca de uma hora e foi realizada por videoconferência na tarde desta sexta-feira. O teor do depoimento está em segredo de Justiça. O depoimento foi determinado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), após Cabral dar entrevistas à imprensa para criticar a operação da PF que, na última terça-feira (17), fez buscas e apreensões contra servidores acusados de acessar ilegalmente informações de ministros da Corte e seus parentes. Por determinação de Moraes, relator do caso, os servidores investigados devem cumprir diversas medidas cautelares, como monitoramento por tornozadeira eletrônica, afastamento do exercício de função pública, o cancelamento de passaportes e a proibição de saída do país. Em nota divulgada após a operação, a Receita Federal esclareceu que as operações de busca realizadas pela Polícia Federal se basearam em informações fornecidas pelo próprio órgão.

CRIME DE COAÇÃO

Supremo formaliza ação que torna Eduardo réu na Corte

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) formalizou a abertura de uma ação penal contra o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que, em novembro do ano passado, virou réu pelo crime de coação no curso do processo.

O processo foi aberto na quinta-feira passada e terá o ministro Alexandre de Moraes co-

mo relator. Com abertura da ação penal, o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro poderá indicar testemunhas, apresentar provas de inocência e pedir diligências específicas que sejam interessantes para sua defesa.

Após o fim da instrução do processo, o julgamento do caso será marcado, e a Primeira Turma do STF vai decidir se o ex-parlamentar será condenado ou absolvido. Não há data definida para o julgamento.

Em novembro do ano passado, por unanimidade, o STF aceitou denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) no inquérito que apurou a atuação do ex-parlamentar junto ao governo dos Estados Unidos para promover o tarifaço contra as exportações brasileiras, a suspensão de vistos de ministros do governo federal e de ministros da Corte. Eduardo está nos Estados Unidos desde fevereiro do ano passado.

No final do ano passado, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados decidiu cassar o mandato de Eduardo Bolsonaro.

A decisão foi tomada após ele deixar de comparecer a um terço do total de sessões deliberativas da Câmara dos Deputados, conforme prevê a Constituição. O filho de Bolsonaro faltou a 56 das 71 sessões realizadas em 2025, equivalente a 79% das sessões.

ÍNDIA

Lula defende que IA fique a cargo de instituição multilateral

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu que a regulação para o uso da Inteligência Artificial (IA) seja feita por “uma instituição multilateral com o porte das Nações Unidas”, de forma a beneficiar a sociedade como um todo, em vez de “um ou dois donos”.

A declaração foi feita nesta sexta-feira durante entrevista ao programa Índia Today. O presidente brasileiro está na Índia, em viagem oficial.

Durante a entrevista, ele voltou a defender que as relações comerciais entre os países, em especial os que formam o Brics, possam ser feitas com moedas locais em vez do dólar estadunidense.

IA

Na viagem que faz à Índia, Lula tem alertado sobre a necessidade de se estabelecer uma regulação para a Inteligência Artificial que garanta o bom uso dessa ferramenta:

“Precisamos de uma regulação rígida, realizada por uma instituição multilateral com o porte das Nações Unidas. Essa regulação deve proteger especialmente crianças, adolescentes e mulheres, pois não podemos permitir que a IA seja usada



RICARDO STUCKERT/PR

para causar danos e violência.”

Segundo ele, os riscos de a IA ser usada de maneira negativa são grandes e podem causar danos e prejuízos à vida íntima das pessoas, além de provocar violência.

“Há dois ou três proprietários de grandes plataformas que não desejam qualquer tipo de regulação, mas se não regularmos e perdermos o controle, acredito que isso não será bom para a

humanidade”, disse.

“Pode até ser lucrativo para uma ou outra pessoa, mas, para a humanidade, não será positivo. Nós, governantes, precisamos ter clareza sobre a necessidade de proteger a sociedade diante dessa coisa extraordinária que é a inteligência artificial”, acrescentou.

Segundo Lula, a inteligência artificial é algo cada vez mais fundamental para a humanida-

de, mas apenas se estiver a serviço da sociedade civil.

“Ela pode elevar os padrões de vida das pessoas até mesmo em áreas como a saúde e a educação. A IA deve servir ao crescimento dos países, à melhoria dos serviços públicos e privados e, acima de tudo, à melhoria das condições de trabalho de toda a humanidade. Quem precisa assumir o controle sobre a IA é a sociedade”, completou

AMAZONAS

Polícia detém agentes públicos suspeitos de colaborar com facção

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Policiais civis do Amazonas prenderam, em caráter preventivo, nesta sexta-feira, ao menos 13 pessoas suspeitas de integrar um esquema de tráfico de drogas montado por membros da facção criminosa Comando Vermelho (CV), com a participação de ocupantes de cargos públicos nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Segundo os investigadores à frente da operação Erga Omnes, os suspeitos movimentaram em torno de R\$70 milhões desde 2018, recorrendo a empresas de fachadas para “lavar”, ou seja, conferir aspecto legal, ao dinheiro obtido com atividades criminosas.

Conforme a Agência Brasil apurou, entre os alvos da ação está a servidora Anabela Cardoso Freitas. Investigadora da Polícia Civil. Anabela está cedida para a Casa Civil municipal, onde ocupa o cargo de assessora técnica. A reportagem questionou a prefeitura sobre quais outros cargos Anabela já ocupou, mas não obteve respostas. Segundo veículos de imprensa amazonenses, ela já chefiou o gabinete do prefeito, David Almeida - que não é alvo da opera-

ção, nem é investigado pela Polícia Civil.

Em nota, a prefeitura se limitou a informar que não é alvo da operação e que a atual administração “mantém compromisso absoluto com a legalidade, a transparência e o respeito às instituições”, assegurando que qualquer servidor público “eventualmente investigado responderá individualmente por seus atos, nos termos da lei, sem prejuízo do funcionamento regular da máquina pública”.

Outro alvo da ação policial é o auxiliar judiciário do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM), Izaldir Moreno Barros. Também em nota, a Corte informou, sem citar nomes, que está adotando as medidas cabíveis no âmbito administrativo. “A instituição reafirma que preza pela legalidade, pela transparência e pela integridade do Poder Judiciário, não compactuando com quaisquer condutas incompatíveis com os deveres funcionais”.

ESQUEMA

“Nosso trabalho foi pautado exclusivamente nas provas constantes nos autos, que fundamentaram os pedidos de prisão [preventiva] dos envolvidos”, destacou o delegado Mar-

celo Martins, titular do 24º Distrito Integrado de Polícia (DIP), durante coletiva de imprensa realizada em Manaus, para apresentar um balanço preliminar da operação.

Segundo as autoridades policiais, os suspeitos são investigados por formação de organização criminosa, corrupção ativa e passiva, violação de sigilo funcional, além de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. O grupo também atuava nos estados do Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, São Paulo e Piauí, onde parte dos mandados judiciais de prisão e de busca e apreensão foram executados com o apoio das forças de segurança locais.

Ainda de acordo com Martins, as investigações começaram em agosto de 2025 e revelaram que integrantes dos três Poderes estaduais auxiliavam os traficantes. Com base em relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), os investigadores afirmam ter identificado transações financeiras de alto valor realizadas por servidores públicos suspeitos de participação no esquema criminoso.

“Essa colaboração ocorria tanto por meio de suporte logístico quanto pela facilitação do

acesso à administração pública ou pelo fornecimento de informações sigilosas”, informou a Polícia Civil, em nota.

A orporação acrescentou que a participação dos servidores “facilitava o trânsito da organização criminosa por diferentes instituições” públicas.

Ainda segundo os investigadores, empresas de logística constituídas pelo grupo para fins ilícitos eram usadas para distribuir drogas para todo o território nacional, simulando atividades lícitas.

“As drogas eram adquiridas em Tabatinga, e os valores transacionados por meio de empresas fantasmas do Amazonas e do Pará, para posterior distribuição em outros estados do Brasil”, explicou o delegado. No curso da investigação, ficou patente que as empresas não apresentavam movimentações financeiras compatíveis com as atividades.

“Elas não compravam insumos, não negociavam com outras empresas do ramo. Suas únicas transações financeiras eram com traficantes e servidores públicos”, detalhou o delegado.

Até mesmo igrejas evangélicas eram usadas para dificultar a identificação do grupo criminoso.

GOLPISTAS DE 8 / 1

STF tem maioria para manter condenação de ex-cúpula da PM do DF

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou nesta sexta-feira maioria de votos para manter a condenação de cinco ex-integrantes da cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) a 16 anos de prisão por omissão na contenção dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

O colegiado realiza julgamento virtual dos recursos protocolados pelas defesas de Fábio Augusto Vieira, ex-comandante-geral, Klepter Rosa Gonçalves, ex-subcomandante-geral, e dos coronéis Jorge Eduardo Barreto Naime, Paulo José Ferreira de Sousa e Marcelo Casimiro Vasconcelos.

O julgamento começou No

último dia 13 e será encerrado na terça-feira.

Até o momento, prevalece no julgamento o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes.

Para o ministro, não há irregularidades na decisão colegiada, que, em novembro do ano passado, condenou os policiais militares.

O voto foi seguido pelos ministros Cristiano Zanin e Cármen Lúcia. Falta o voto de Flávio Dino.

Durante a tramitação dos processos, as defesas dos acusados questionaram a realização do julgamento pelo STF e afirmaram que os acusados não têm foro privilegiado. Os advogados também alegaram cerceamento de defesa por falta de acesso total à documentação do processo.

IBIRITÉ

Casal é preso após abandonar bebê em bueiro em Minas

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Um casal foi preso na quinta-feira passada, por maus-tratos e abandono de incapaz, após deixar a filha de 1 mês em um bueiro na cidade de Ibirité, na Grande Belo Horizonte, em Minas Gerais

Conforme boletim de ocorrência, uma testemunha pegou a criança e a levou para a Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro de Petrolina, onde não foram constatados indícios de violência física ou sexual. Segundo a avaliação médica realizada na UBS, a bebê estava desidratada, com lesão genital, sinais de insolação e em um quadro agudo de fome.

A médica da UBS autorizou a policial militar Dieny Helem da Silva Valério, lactante, a amamentar a bebê, que estava

"visivelmente faminta".

A testemunha informou à polícia que presenciou os pais da criança em discussão. Após o desentendimento, a mãe deixou a bebê no bueiro, disse ela.

Os pais da bebê foram ouvidos pela autoridade policial, que ratificou a prisão em flagrante delito do homem pelo crime de maus-tratos e da mulher pelos crimes de maus-tratos e abandono de incapaz. Após os procedimentos de polícia judiciária, eles foram encaminhados ao sistema prisional.

O Conselho Tutelar foi acionado e decidiu pela internação emergencial da bebê no abrigo São Francisco de Assis, localizado na mesma cidade. A investigação prossegue para a completa elucidação dos fatos com a 2ª Delegacia de Polícia Civil de Ibirité.

IGREJA

Papa Leão XIV nomeia novos bispos para arquidiocese de SP

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Nomeados pelo papa Leão XIV, os novos bispos auxiliares da Arquidiocese de São Paulo, dom Márcio Antônio Vidal de Negreiros e dom Celso Alexandre, tomaram posse no ofício em missa solene na Catedral da Sé, no domingo passado. A celebração foi presidida pelo cardeal Odilo Pedro Scherer, arcebispo metropolitano, e concelebrada pelos bispos auxiliares, sacerdotes e diáconos do clero arquidiocesano, com a participação de religiosos e fiéis leigos.

Durante a missa, os novos auxiliares receberam a provisão como vigários gerais e episcopais nas regiões onde exercerão o ministério pastoral. Dom Márcio vai atender a região episcopal de Santana e dom Celso, a região de Ipiranga.

Os dois novos bispos auxiliares são naturais do interior de São Paulo e tiveram atuações marcantes em paróquias de várias regiões do Estado.

Dom Márcio, de 68 anos, é natural de Dois Córregos, no interior de São Paulo, onde seus pais eram agricultores e comerciantes. Ao ser nomeado bispo, no dia 24 de janeiro deste ano, ele exercia o ministério pastoral

como vigário paroquial na Paróquia Nossa Senhora Aparecida, em Bragança Paulista, também no interior.

A trajetória vocacional teve início em 1983, quando ele ingressou no Seminário Menor Santo Agostinho, em Bragança Paulista, onde cursou o ensino médio. Em 1990, realizou o ano canônico do noviciado em Bragança, professando seus primeiros votos religiosos na Ordem de Santo Agostinho em janeiro de 1991.

Dom Celso Alexandre, de 58 anos, é natural de Chavantes, e entrou no Seminário Arquidiocesano de São José, em Botucatu no ano de 1991. Ele fez seus estudos filosóficos em Marília, formou-se em Teologia no Instituto Teológico Pio XI, em São Paulo e foi ordenado presbítero em fevereiro de 1999, na diocese de Lins, no interior paulista.

O então padre Celso foi pároco em seis paróquias das regiões sudoeste e oeste paulista, a maioria na Diocese de Ourinhos, onde atuou em movimentos de renovação carismática e cursilhos de cristandade. Ao ser nomeado bispo, ele atuava como pároco da Catedral e coordenador da Pastoral em Ourinhos.

CHINA E EUA

Lula: 'Não precisamos de guerras tarifárias, nem de nova guerra fria

GABRIEL DE SOUSA
E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta sexta-feira, que o mundo não precisa de uma nova Guerra Fria entre a China e os Estados Unidos, em referência à bipolarização militar e econômica que marcou a segunda metade do século passado. Em entrevista ao canal de notícias indiano India Today, Lula declarou que é preciso que as nações respeitem o território dos outros países.

"O Brasil não precisa de uma nova Guerra Fria. A Guerra Fria foi entre os EUA e a União Soviética. Não queremos outra guerra entre a China e os Estados Unidos. É necessário que as nações respeitem o território dos povos dos países, e é por isso que sou um forte defensor de algo novo, estabelecido como um alicerce", disse Lula.

O presidente também afirmou que, assim que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, impôs o tarifaço de 50% contra produtos brasileiros, em julho passado, o governo brasileiro se reuniu para

afirmar que a medida americana não era correta.

Questionado sobre a atuação do Brics, Lula declarou que o bloco esclareceu as suas posições contrárias aos conflitos entre Rússia e Ucrânia e na Faixa de Gaza. O presidente também disse que não está em discussão a criação de uma moeda do Brics, mas que os países integrantes devem discutir o modelo de transações sem o dólar, o que não deve ser feito "do dia para a noite".

"Ninguém propôs criar uma moeda do Brics, foram os americanos que mencionaram isso na gestão Biden", disse Lula para a India Today. O presidente disse também defender que um acordo entre Brasil e Índia não seja feito baseado no dólar.

O presidente também declarou que viajou até a Índia com uma delegação composta por ministros e empresários porque o Brasil possui interesse nos avanços feitos pela indústria do país. "Queremos aprender com a Índia e compartilhar experiências, somos um grande mercado consumidor também", disse

ÁUSTRIA

Alpinista é condenado por deixar namorada morrer em montanha

GEOVANNA HORA/AE

Um homem foi condenado na quinta-feira passada, por deixar a namorada morrer de hipotermia na montanha mais alta da Áustria no ano passado. Segundo a BBC, o alpinista, identificado como Thomas P., foi condenado a cinco meses de prisão em liberdade condicional e ao pagamento de multa de € 9,6 mil (cerca de R\$ 58,84 mil na cotação atual). Thomas ainda pode recorrer da decisão.

Procurado pela BBC, o tribunal responsável pelo julgamento afirmou, em nota, que levou em consideração os antecedentes criminais do alpinista e o fato de ele ter perdido uma pessoa próxima como fatores atenuantes, além da ampla discussão do caso nas redes sociais, considerada "incriminatória" para o réu.

Thomas afirmou durante o julgamento que era inocente, que amava a namorada e que o passeio havia sido planejado em conjunto. A defesa alegou que o casal enfrentou uma situação difícil e estressante.

O caso ocorreu em janeiro de 2025. No dia 18 daquele mês, Thomas e a namorada, Kerstin G., tentaram escalar a Grossglockner, a montanha mais alta do país. As condições climáticas eram severas, com temperaturas de -8°C, sensação térmica de -20°C e ventos de até 74 km/h.

De acordo com a BBC, os promotores afirmaram que o casal ficou preso na montanha por volta das 20h50, mas que Thomas não tentou pedir ajuda naquele momento. Às 22h30, um helicóptero da polícia sobrevoou a região, mas, segundo a acusação, ele novamente não teria emitido pedido de socorro.

A defesa alegou que o casal não solicitou ajuda porque ainda se sentia bem e estava próximo do pico da Grossglockner. Ainda segundo os advogados, Kerstin passou a sentir-se mal pouco depois e pediu que o namorado buscasse ajuda por volta da 0h35 do dia 19 de janeiro.

Nesse ponto, surgem ver-

sões divergentes: os socorristas afirmam ter recebido uma ligação de Thomas, mas que ele teria dito que não se tratava de uma emergência; a defesa, por outro laudo, alega que ele jamais afirmou que a situação estava sob controle

Por volta das 2h, Thomas deixou Kerstin sozinha, escalou até o pico da montanha e desceu pelo outro lado. Ele afirmou que a namorada estava parada na encosta, mas ela foi encontrada pelos socorristas de cabeça para baixo em uma parede rochosa. Segundo um dos juízes, a posição do corpo indica a possibilidade de uma queda.

O exame necroscópico confirmou que a causa da morte de Kerstin foi hipotermia. Também foram encontrados indícios de pneumonia viral e vestígios do analgésico ibuprofeno em seu organismo. O laudo, no entanto, não conseguiu determinar se a doença comprometeu sua capacidade física ou contribuiu para a piora repentina de seu estado de saúde.

Um dos juízes avaliou que Thomas era mais experiente e habilidoso em alpinismo do que Kerstin e que o casal deveria ter recuado ao perceber as condições adversas. Os pais da jovem afirmaram que a filha praticava alpinismo desde 2020 e que não teria agido de forma imprudente.

Apesar de considerar que Thomas avaliou mal a situação, o magistrado concluiu que ele não abandonou a namorada "deliberadamente". "Não o vejo como um assassino, não o vejo como alguém sem coração", afirmou o juiz em trecho da decisão divulgada pela BBC.

Durante o julgamento, uma ex-namorada de Thomas, identificada como Andrea B., também prestou depoimento. Ela afirmou que havia sido abandonada pelo alpinista durante uma escalada na Grossglockner em 2023, quando estava cansada, com tontura e com os faróis da moto apagados. Segundo Andrea, enquanto chorava, Thomas teria seguido em frente e a deixado para trás.

EUA

Suprema Corte derruba tarifaço imposto por Trump

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

A Suprema Corte dos Estados Unidos derrubou nesta sexta-feira as tarifas sobre produtos importados impostas globalmente pelo presidente Donald Trump. Por seis votos a três, o tribunal manteve a decisão de um tribunal inferior que definiu excesso de autoridade de Trump.

A Corte decidiu que a interpretação do governo Trump de que a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA, na sigla em inglês) concede ao presidente poder para impor as tarifas interferiria nos poderes do Congresso e violaria um princípio jurídico chamado doutrina das questões im-

portantes.

A doutrina exige que ações do Poder Executivo de "vasta importância econômica e política" sejam claramente autorizadas pelo Congresso. Anteriormente, o tribunal usou o mesmo argumento para barrar ações executivas- chaves aplicadas pelo ex-presidente dos Estados Unidos Joe Biden.

Em voto, o presidente da Suprema Corte, John Roberts, citando a decisão anterior, destacou que Trump deve "apontar uma autorização clara do Congresso para justificar sua afirmação extraordinária do poder de impor tarifas", acrescentando: "Ele não pode fazer isso".

A decisão do tribunal veio após uma contestação judicial

movida por empresas afetadas pelas tarifas e por 12 estados norte-americanos, a maioria deles governados por democratas, contra o uso sem precedentes da lei por Trump para impor unilateralmente impostos de importação.

BRASIL

Em janeiro, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços divulgou que, em meio ao tarifaço imposto por Trump, as exportações brasileiras para os Estados Unidos recuaram 6,6% em 2025, somando US\$ 37,716 bilhões, ante US\$ 40,368 bilhões registrados em 2024.

No sentido oposto, as importações de produtos norte-

americanos cresceram 11,3% no ano passado, alcançando US\$ 45,246 bilhões, contra US\$ 40,652 bilhões no ano anterior. Com a queda das exportações e a alta das importações, o Brasil encerrou 2025 com déficit de US\$ 7,530 bilhões na balança comercial com os Estados Unidos.

Em novembro de 2025, o mandatário estadunidense anunciou a retirada da tarifa adicional de 40% aplicada a uma série de produtos brasileiros. Ainda assim, conforme cálculos do próprio ministério, 22% das exportações do Brasil para os Estados Unidos, o equivalente a US\$ 8,9 bilhões, continuam sujeitas às tarifas estabelecidas em julho.

ARGENTINA

Reforma de Milei permite jornada de 12 horas e limita greve no país

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Em meio a protestos de rua e uma greve geral, a Câmara dos Deputados da Argentina aprovou, na madrugada desta sexta-feira, a reforma trabalhista proposta pelo governo de Javier Milei. Com mais de 200 artigos, o texto promove amplas alterações no sistema laboral argentino.

O projeto permite a ampliação da jornada de trabalho diária de 8 para 12 horas; cria o banco de horas, com horas-extras que poderão não serem pagas, mas compensadas em outra jornada; além de limitar a realização de greves.

Na tramitação do Senado, foi retirada a possibilidade, prevista no texto original, de pagar o salário dos trabalhadores com moradia ou alimentação. Com a mudança, o trabalhador deve ser pago em dinheiro, podendo ser em moeda nacional ou estrangeira.

Na Câmara, os deputados excluíram a possibilidade de redução de salário em 50% nos casos de afastamento por licença médica. Como o projeto sofreu alteração, será novamente analisado pelo Senado.

A Confederação Geral do Trabalho (CGT) da Argentina, principal central sindical do país, realizou quinta-feira uma paralisação nacional de 24 horas contra a reforma. Segundo a organização, a greve teve 90% de adesão.

"Este projeto de lei nos faz retroceder 100 anos. Cem anos em direitos individuais, em direitos coletivos. É uma busca que se centra, essencialmente, na transferência de recursos econômicos dos trabalhadores para o setor empregador", afirmou o co-secretário da CGT, Jorge Sola.

Por outro lado, o governo Milei sustenta que as mudanças vão permitir aumentar a formalidade no mundo do trabalho, reduzindo os custos para se contratar no país, conforme destacou o depu-



tado governista Gabriel Bornoroni, do partido do Milei.

"Esta lei visa formalizar 50% dos trabalhadores informais. Precisamos de uma nova lei trabalhista que inclua todos os trabalhadores na Argentina; só através do trabalho avançaremos", destacou o parlamentar.

A Argentina segue caminho diferente de países latino-americanos como Brasil e México. Em Brasília, já se discute o fim da jornada de seis dias de trabalho por um de descanso (6x1), sem redução de salário. No México, o Senado aprovou, neste mês, a redução da jornada de 48 para 40 horas semanais. Na Argentina, a jornada é de 48 horas semanais.

DIREITO À GREVE

Uma das principais críticas dos sindicatos argentinos é contra a limitação do direito à greve. O projeto prevê que as assembleias de trabalhadores só podem ocorrer, em horário de trabalho, com prévia autorização dos patrões.

Além disso, o projeto estabe-

lece uma série de serviços como essenciais ou transcendentais, limitando a paralisação, nesses casos, a 25% e 50% do total dos trabalhadores empregados, respectivamente.

Foram incluídos como serviços transcendentais toda produção de bens e serviços ligados a exportação, além da indústria alimentar, sistema bancário, transporte de pessoas, entre outras atividades.

OUTRAS MUDANÇAS

A reforma ainda revoga estatutos profissionais específicos, como de jornalistas, cabeleireiros, motoristas privados e viajantes comerciais, carreiras que têm legislações próprias.

A mudança proposta pelo governo de Javier Milei ainda possibilita que empresas negociem com empregados condições inferiores às definidas em negociações nacionais das categorias.

Outra mudança criticada pela oposição é a criação do Fundo de Assistência Laboral (FAL), que seria usado para financiar a demissão de trabalhadores. Sin-

dicatos argumentam que a medida torna a demissão sem custos para empresa. Ao mesmo tempo, o FAL passaria a usar recursos que hoje vão para a Seguridade Social, prejudicando o sistema de previdência do país.

A reforma também prevê um esvaziamento da Justiça Nacional do Trabalho, que teria suas atribuições transferidas para justiça comum ou federal.

O texto ainda prevê que as férias poderão ser divididas de acordo com as exigências do empregador, devendo cada período ter, no mínimo, 7 dias consecutivos.

A reforma trabalhista argentina também disciplina o trabalho por meio de aplicativos, considerando esses trabalhadores como "prestadores independentes", sem reconhecimento de vínculo empregatício.

Além disso, a reforma trabalhista revoga legislação sobre trabalho remoto, que obriga empresas a arcarem com os custos do trabalho feito a partir da residência dos trabalhadores, como internet, energia e equipamentos.

CORRIDA NUCLEAR

Trump afirma estar considerando ataque limitado ao Irã para pressionar por acordo

MATHEUS ANDRADE/AE

Questionado nesta sexta-feira, por repórteres se estava considerando um ataque militar limitado para pressionar o Irã a fechar um acordo nuclear, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, respondeu: "acho que posso dizer que estou considerando isso".

O ataque inicial, que se autorizado poderia ocorrer em poucos dias, teria como alvo algumas instalações militares ou governamentais, segundo fontes familiarizadas com o assunto. Caso o Irã ainda se recusasse a cumprir a diretiva de Trump para encerrar seu enriquecimento de urânio, os EUA responderiam com uma ampla campanha con-

tra instalações do regime - potencialmente visando derrubar o regime de Teerã.

Um ataque limitado levaria o Irã a abandonar as negociações, pelo menos por um período significativo, disse uma autoridade regional, especialmente considerando que líderes em Teerã estão formulando sua resposta às exigências americanas.

Autoridades afirmaram que Trump ainda não decidiu ordenar um ataque em grande escala, embora esteja considerando opções que vão desde uma campanha de ataques de uma semana para forçar uma mudança de regime até uma onda de ataques em menor escala contra instalações governamentais e militares do Irã.